



Autor
Sidney Bittencourt

**LICITAÇÃO
PASSO A PASSO**
(Comentando todos os artigos da Lei nº
8.666/93 totalmente atualizada)

Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins
Administração Pública, Compras Públicas,
Contratos Administrativos, Vendas para a
Administração Pública, Finanças Públicas, Obras
Públicas, Serviços Públicos, Intendência,
Auditoria e Controladoria.

Público-alvo/consumidores
Administradores Públicos de um modo
geral, Administradores Privados de Empresas que
contratam com a Administração Pública, Procuradores,
Magistrados, Advogados, Professores de Direito
Administrativo, Advogados da União, Acadêmicos de
Direito, Particulares que vendem ou pretendam vender
para o Governo, Auditores, Controladores, Consultores
e Concursandos.

A Lei nº 8.666, de 21.06.1993, trouxe uma série de inovações que geraram grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos, trazendo, também, grande preocupação em decorrência da ampliação das formas de responsabilização dos servidores e dos licitantes, acrescentando, ao lado de sanções disciplinares, as de natureza penal. Além disso, pretendeu ampliar o controle ao prever a participação popular em vários dispositivos, com a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidade ou mesmo impugnar determinados atos do procedimento. As dificuldades de interpretação trazidas pela mencionada Lei têm ensejado a realização de um grande número de cursos, seminários e congressos, visando a sua adequada compreensão. Esta obra, trazida ao público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem brindar aos estudiosos da Lei de Licitações.

Extremamente dedicado às mutações pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma criteriosa apreciação passo a passo da Lei nº 8.666/93 e sua complexidade.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada ao público pelo referido mestre, que por mais de vinte anos atua na área e estuda minuciosamente o assunto, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

Francisco Rezende Filho
Advogado da União
(Texto concebido quando da 1ª edição desta obra)

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001176

B624l

Bittencourt, Sidney

Licitação passo a passo : comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada / Sidney Bittencourt. 9ª edição revista, ampliada e atualizada Apresentação Ivan Barbosa Rigolin ; Prefácio Francisco Mauro Dias. – Belo Horizonte: Fórum , 2017.

836p.

ISBN 978-85-450-0318-2

1. Direito administrativo. I. Título. II. Rigolin, Ivan Barbosa. III. Dias, Francisco Mauro.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada. 9. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2017 836p. ISBN 978-85-450-0318-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Francisco Mauro Dias 45

APRESENTAÇÃO

Ivan Barbosa Rigolin 49

NOTA À 9ª EDIÇÃO

Sidney Bittencourt 51

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

(*DOU*, 22 JUN. 1993, REP. 06.07.1994)

Ementa

1 Competência legislativa 53
2 O termo “licitação” 56
2.1 Evolução histórica 56
3 Os contratos da Administração 58

Artigo 1º

1 Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo 59
2 As normas gerais 59
3 A licitação e o contrato administrativo 61
4 O elenco de negócios jurídicos 61
5 Regras extensíveis aos três Poderes 62

Parágrafo único

6 Subordinação ao regime da Lei nº 8.666/93 62
6.1 As empresas públicas que exploram atividades econômicas 62
6.2 As entidades sob controle da pessoa pública 64
6.3 Os fundos especiais 65
6.4 Os consórcios públicos 65
6.5 As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor 66

Artigo 2º

1 A concessão e a permissão 68
1.1 A nova forma de concessão – A Parceria Público-Privada (PPP) 69

2	A licitação de serviços de publicidade.....	70
3	A contratação de terceiros.....	71
<i>Parágrafo único</i>		
4	O contrato para os fins do Estatuto	71
Artigo 3º		
1	Os objetivos da licitação.....	75
1.1	O desenvolvimento sustentável.....	75
1.1.1	As licitações sustentáveis.....	76
2	Os princípios licitatórios	79
2.1	A questão da proposta mais vantajosa	79
2.2	O elenco de princípios licitatórios	80
2.2.1	Princípio da legalidade	81
2.2.2	Princípio da impessoalidade	81
2.2.3	Princípio da moralidade	81
2.2.4	Princípio da igualdade	81
2.2.5	Princípio da publicidade.....	82
2.2.6	Princípio da probidade administrativa.....	82
2.2.7	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	83
2.2.8	Princípio do julgamento objetivo.....	83
2.3	Princípios correlatos	83
2.3.1	Princípio da competitividade	83
2.3.2	Princípio do sigilo na apresentação das propostas	83
2.3.3	Princípio do procedimento formal	84
2.3.4	Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor da licitação	84
2.3.5	Princípio da padronização	84
2.4	Princípios implícitos	85
2.4.1	Princípio da eficiência	85
2.4.2	Princípio da razoabilidade/proporcionalidade	85
2.5	Princípios advindos da criação da modalidade licitatória pregão	86
2.5.1	Princípio da celeridade	86
2.5.2	Princípio da finalidade	86
2.5.3	Princípio do justo preço	86
2.5.4	Princípio da seletividade	86
2.5.5	Princípio da comparação objetiva das propostas	87
<i>Parágrafo 1º</i>		
3	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	87
<i>Inciso I</i>		
3.1	Prejuízo à competitividade.....	87
3.1.1	O uso da licitação para alavancagem do desenvolvimento nacional.....	87
<i>Inciso II</i>		
3.2	Vedação ao tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras.....	90
3.2.1	Exceções nas licitações envolvendo capacitação e competitividade do setor de informática e automação	91
<i>Parágrafo 2º</i>		
4	Critério de desempate nas licitações	93
4.1	Esmiuçamento da ordem sucessiva de desempate	93
<i>Parágrafo 3º</i>		
5	A publicidade da licitação	94
5.1	Reafirmação do procedimento licitatório	95
5.2	A questão da Lei do Processo Administrativo.....	95
5.3	A questão do regime especial de contratações na área de defesa.....	96
<i>Parágrafos 5º e 6º</i>		
6	As margens de preferência	96
6.1	As margens de preferências normais e suas bases	99
<i>Parágrafo 7º</i>		
7	Margem de preferência adicional	100
<i>Parágrafo 8º</i>		
8	Limites para as margens de preferência	100
<i>Parágrafo 9º</i>		
9	Exclusão da aplicação das preferências	101

<i>Parágrafo 10</i>	
10	A extensão da margem de preferência a bens e serviços originados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)..... 101
<i>Parágrafo 11</i>	
11	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento 102
<i>Parágrafo 12</i>	
12	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação..... 104
13	A Regulamentação dos §§5º a 12 do art. 3º (Decreto nº 7.546/2011) 105
<i>Parágrafo 13</i>	
14	A divulgação na Internet 106
<i>Parágrafo 14</i>	
15	Privilegio ao tratamento diferenciado às pequenas empresas 106
<i>Parágrafo 15</i>	
16	Prevalência das preferências deste artigo 3º..... 107
17	Conclusões 107
Artigo 4º	
1	Participação popular..... 108
2	Direito público subjetivo..... 108
<i>Parágrafo único</i>	
3	Procedimento administrativo formal..... 109
Artigo 5º	
1	Adoção da moeda nacional nos contratos..... 111
2	Ordem cronológica dos pagamentos 111
<i>Parágrafo 1º</i>	
3	A obrigatória correção dos créditos 112
<i>Parágrafo 2º</i>	
4	A correção monetária 113
<i>Parágrafo 3º</i>	
5	Pagamento de despesa de baixo valor 113
Art. 5-A	
1	Reafirmação do privilégio ao tratamento diferenciado oferecido às pequenas empresas 116
1.1	As preferências do regime da LC nº 123/2006..... 117
Artigo 6º	
1	Definições para os fins da Lei..... 120
2	Obra e serviço 121
3	Compra 121
4	Alienação 122
5	Obras, serviços e compras de grande vulto 122
6	Seguro-garantia 122
7	Empreitada..... 123
7.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global..... 125
7.2	Empreitada integral 126
7.3	Tarefa..... 127
8	Projeto básico 127
9	Projeto executivo 129
10	Administração Pública e Administração 129
11	Produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais..... 130
12	Sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos 130
13	Produtos para pesquisa e desenvolvimento 131
Artigo 7º e parágrafos 1º, 2º e 3º	
1	Sequência a ser observada nas licitações para obras e serviços 133
2	A aprovação da autoridade competente..... 134
3	Condicionantes documentais a serem apreciados e aprovados pela autoridade competente 134
3.1	O orçamento detalhado em planilhas 135
3.1.1	A questão do BDI (Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas)..... 135
3.2	A questão da previsão de recursos orçamentários..... 138
<i>Parágrafo 4º</i>	

4	Vedação de inclusão de fornecimento sem previsão de quantidades	138
	<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Vedações de bens e serviços sem similaridade ou de marcas	139
	<i>Parágrafo 6º</i>	
6	Consequências pelo descumprimento às vedações	140
	<i>Parágrafo 7º</i>	
7	Acréscimos compensatórios em função da inflação	140
	<i>Parágrafo 8º</i>	
8	Acesso do cidadão às informações	140
	<i>Parágrafo 9º</i>	
9	Cumprimento dos requisitos também nos afastamentos licitatórios	140
	Artigo 8º	
1	A programação da execução integral	142
	<i>Parágrafo único</i>	
2	A programação parcial excepcional	142
3	Fracionamento e parcelamento	142
	Artigo 9º e incisos I, II e III	
1	Impedimentos de participação em licitações	145
1.1	Vedação de o autor do projeto básico ou executivo participar da licitação	145
1.2	Outros impedimentos.....	146
1.2.1	A participação de parentes de servidor	146
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A participação do autor do projeto nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento 147	
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	A elaboração de projeto executivo como encargo do contratado	147
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
4	A participação indireta para fins de vedação de participação em licitação	148
4.1	A vedação aos membros da comissão de licitação.....	148
	Artigo 10	
1	A realização de obras ou serviços por execução direta	150
1.1	Diferenciação entre “contratação direta” e “execução direta”	150
2	A execução de obras ou serviços por execução indireta	150
3	A questão dos pagamentos parciais na empreitada por preço global	152
4	A “administração contratada” vetada por ato presidencial	153
	Artigo 11	
1	Obras e serviços com projetos padronizados.....	155
	Artigo 12	
1	O elenco de requisitos para o projeto básico ou executivo	157
2	O Estudo do Impacto Ambiental (EIA).....	157
2.1	O licenciamento ambiental para as Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	158
	Artigo 13	
1	Serviços técnicos profissionais especializados.....	160
1.1	A questão da contratação de advogados ou escritórios de advocacia	161
1.2	A questão da contratação de serviço de restauração de obras de arte.....	163
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados	164
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Cessão dos direitos patrimoniais.....	164
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	A garantia da realização dos serviços pelos profissionais integrantes da empresa... 165	
	Artigo 14	
1	A caracterização objeto da compra e a indicação dos recursos orçamentários.....	166
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	166
	Artigo 15	
1	Requisitos para as compras	170

1.1	Princípio da padronização	170
1.2	O processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços (SRP).....	171
1.3	Submissão das compras às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado	172
1.4	Subdivisão em parcelas para aproveitamento das peculiaridades do mercado.....	172
1.5	Balizamento pelos preços praticados pela Administração Pública	174
2	O alcance do dispositivo	175
<i>Parágrafo 1º</i>		
3	A ampla pesquisa de mercado	175
<i>Parágrafo 2º</i>		
4	A publicação trimestral dos preços registrados	175
<i>Parágrafo 3º</i>		
5	A regulamentação federal do Sistema de Registro de Preços (SRP) – O Decreto federal nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014).....	177
5.1	A possibilidade do uso do SRP na contratação de serviços.....	177
5.2	Atendimento às peculiaridades regionais	179
5.3	A competição através de concorrência ou de pregão	179
5.4	Estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados	180
5.5	Validade do registro de preços não superior a um ano.....	182
6	O uso da Ata de Registro de Preços por outro ente da Administração não participante da licitação (o “carona”).....	184
<i>Parágrafo 4º</i>		
7	A não obrigação de a Administração celebrar as contratações	188
<i>Parágrafo 5º</i>		
8	A informatização do sistema de controle	188
<i>Parágrafo 6º</i>		
9	A impugnação por parte do cidadão	188
<i>Parágrafo 7º</i>		
10	Outros aspectos a serem observados nas compras	189
<i>Parágrafo 8º</i>		
11	Recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido para o convite	189
Artigo 16		
1	Publicação mensal da relação de compras	190
2	Aglutinação de informações.....	190
3	Não aplicação na dispensa prevista no inc. IX do art. 24 (segurança nacional)	191
Artigo 17		
1	A alienação	195
1.1	A alienação de bens da Administração Pública.....	195
2	Bens públicos	195
2.1	A alienação de bens públicos	196
<i>Inciso I</i>		
3	Alienação de bens imóveis.....	196
3.1	A dispensa licitatória através da permuta de bens imóveis	197
3.2	A dispensa na alienação de bens imóveis de uso comercial	200
<i>Inciso II</i>		
4	Alienação de bens móveis.....	200
4.1	Venda de ações	201
4.2	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública	201
<i>Parágrafo 1º</i>		
5	Reversão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.....	201
<i>Parágrafo 2º</i>		
6	Dispensa de licitação na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso.....	202
7	Outras dispensas inseridas no Estatuto.....	202
<i>Parágrafo 3º</i>		
8	Investidura	203
<i>Parágrafos 4º e 5º</i>		
9	Licitação da doação com encargo	204
<i>Parágrafo 6º</i>		
10	A adoção do leilão para a venda de móvel público	204

Artigo 18

1	A habilitação na concorrência de bem imóvel	205
2	Alteração no âmbito da União	205
Artigo 19		
1	A alienação de bens imóveis derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento.....	206
1.1	Adoção de concorrência ou leilão.....	206
Artigo 20		
1	O local de realização da licitação	207
<i>Parágrafo único</i>		
2	Realização da licitação em local diverso	207
Artigo 21		
1	A divulgação dos editais licitatórios	209
1.1	Publicação dos avisos de concorrência, tomada de preços, concurso e leilão.....	209
2	Publicação do convite.....	210
<i>Parágrafo 1º</i>		
3	O conteúdo do aviso.....	211
<i>Parágrafo 2º</i>		
4	O prazo mínimo de divulgação	214
<i>Parágrafo 3º</i>		
5	A contagem do prazo	215
<i>Parágrafo 4º</i>		
6	Modificações no edital.....	215
Artigo 22		
1	A escolha da modalidade de licitação.....	217
2	As modalidades licitatórias	217
2.1	A habilitação como fator de distinção.....	217
<i>Parágrafo 1º</i>		
2.1.1	A concorrência	218
<i>Parágrafo 2º</i>		
2.1.2	A tomada de preços	218
<i>Parágrafo 3º</i>		
2.1.3	O convite	223
2.1.4	A habilitação no convite.....	224
2.1.5	A existência ou não de edital no convite	225
<i>Parágrafo 6º</i>		
2.1.6	A questão da inexistência de três possíveis interessados no convite	225
<i>Parágrafo 7º</i>		
2.1.7	A questão da impossibilidade da obtenção de três interessados em face de limitações de mercado ou manifesto desinteresse	226
2.1.7.1 A limitação de mercado	227
2.1.7.2 O manifesto desinteresse	227
2.1.7.3 O entendimento das Cortes de Contas	227
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	O concurso	228
<i>Parágrafo 5º</i>		
4	O leilão.....	228
<i>Parágrafo 8º</i>		
5	Vedação de criação de nova modalidade licitatória.....	229
<i>Parágrafo 9º</i>		
6	Documentação para o cadastramento.....	230
Artigo 23		
1	A fixação da modalidade licitatória	232
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		

2	O parcelamento da licitação	232
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	A adoção da concorrência	234
3.1	O certame internacional	235
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Substituição por modalidade de licitação mais complexa	236
<i>Parágrafo 5º</i>		
5	Vedação para parcelas de uma mesma obra ou serviço ou para obras e serviços da mesma natureza	237
<i>Parágrafo 6º</i>		
6	Contratos celebrados por organizações industriais	237
<i>Parágrafo 7º</i>		
7	Compra de bens de natureza divisível	238
7.1	A economia de escala	240
7.2	Impugnação quanto à quantidade mínima estabelecida pela Administração	241
7.3	A questão dos preços diferenciados	241
<i>Parágrafo 8º</i>		
8	Licitações realizadas por consórcios públicos	242
Artigo 24		
1	A possibilidade de contratação sem licitação	247
2	Hipóteses de contratação direta	248
3	Casos de licitação dispensável	249
<i>Incisos I e II</i>		
3.1	Obras, serviços de engenharia, outros serviços e compras de pequeno valor	249
3.1.1	A questão da definição do valor estimado da contratação	250
3.1.2	A questão quando o contrato envolver serviço continuado	251
3.1.3	As ressalvas para o enquadramento	256
3.1.3.1	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de obras e serviços de engenharia	257
3.1.3.2	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de outros serviços e compras e alienações	260
<i>Inciso III</i>		
3.2	Guerra ou grave perturbação da ordem	261
3.2.1	Guerra	261
3.2.2	Grave perturbação da ordem	262
<i>Inciso IV</i>		
3.3	Emergência ou calamidade pública	262
3.3.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública	264
3.3.2	A questão da emergência por negligência	265
<i>Inciso V</i>		
3.4	Não comparecimento de interessados	266
3.4.1	A questão da "licitação fracassada"	266
3.4.2	A questão do convite	267
<i>Inciso VI</i>		
3.5	Intervenção no domínio econômico	268
<i>Inciso VII</i>		
3.6	Propostas com preço superior ao do mercado	269
<i>Inciso VIII</i>		
3.7	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público	270
3.7.1	Os destinatários da regra	270
3.7.2	A aplicação da regra	270
3.7.3	A questão do marco de contagem	271
<i>Inciso IX</i>		
3.8	Possível comprometimento da segurança nacional	272
3.8.1	O conceito de segurança nacional	272
3.8.2	A dispensa em face da segurança nacional	273
3.8.3	O decreto regulamentar	273
<i>Inciso X</i>		

3.9	Compra ou locação de imóvel.....	275
	<i>Inciso XI</i>	
3.10	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	276
	<i>Inciso XII</i>	
3.11	Compras de perecíveis	277
3.11.1	O gênero perecível	278
3.11.2	O preço do dia	278
	<i>Inciso XIII</i>	
3.12	Contratação de instituição sem fins lucrativos	279
	<i>Inciso XIV</i>	
3.13	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	281
	<i>Inciso XV</i>	
3.14	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	285
	<i>Inciso XVI</i>	
3.15	Contratação de objetos especiais com instituições integrantes da Administração.....	286
	<i>Inciso XVII</i>	
3.16	Aquisição de acessórios durante o período de garantia.....	287
	<i>Inciso XVIII</i>	
3.17	Compras ou contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	288
3.17.1	O alcance da regra.....	290
	<i>Inciso XIX</i>	
3.18	Para manutenção da padronização de materiais de uso militar	291
	<i>Inciso XX</i>	
3.19	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência física.....	292
	<i>Inciso XXI</i>	
3.20	Contratação de bens para pesquisa científica	292
	<i>Inciso XXII</i>	
3.21	Fornecimento de energia elétrica e gás por concessionário.....	294
	<i>Inciso XXIII</i>	
3.22	Contratação de subsidiárias ou controladas	295
	<i>Inciso XXIV</i>	
3.23	Contratos com organizações sociais.....	296
3.23.1	O novo Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014)	298
3.23.2	A questão da confusão entre as Organizações Sociais e as Fundações de Apoio.....	299
3.24	A questão dos acordos celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	299
	<i>Inciso XXV</i>	
3.25	Transferência de tecnologia	302
	<i>Inciso XXVI</i>	
3.26	Celebração de contrato de programa	302
	<i>Inciso XXVII</i>	
3.27	Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.....	303
	<i>Inciso XXVIII</i>	
3.28	Bens ou serviços de alta tecnologia e defesa nacional	305
	<i>Inciso XXIX</i>	
3.29	Atendimento de militares em operações de paz no exterior	307
	<i>Inciso XXX</i>	
3.30	Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.....	308
	<i>Inciso XXXI</i>	
3.31	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004.....	310
	<i>Inciso XXXII</i>	
3.32	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	313

<i>Inciso XXXIII</i>	
3.33	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para acesso à água para consumo humano e produção de alimentos 315
<i>Inc. XXXIV</i>	
3.34	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio..... 316
<i>Parágrafo 1º</i>	
4	Valores de dispensas diferenciados para algumas pessoas jurídicas 317
4.1	Consórcios públicos..... 318
4.2	Agência executiva 318
<i>Parágrafo 2º</i>	
5	Órgãos ou entidades que produzem produtos estratégicos para o SUS 319
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
6	Regras específicas nos casos de dispensa nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento preconizadas no inc. XXI..... 319
Artigo 25	
1	Inviabilidade de competição 322
1.1	A questão da competição inútil 322
1.2	A questão do credenciamento..... 323
<i>Inciso I</i>	
2	Fornecedor exclusivo..... 326
2.1	Compras (não sendo permitida a adoção para serviços ou obras)..... 327
2.2	Impossibilidade de indicação de marca..... 328
2.3	Exclusividade do fornecedor..... 329
2.4	Requisitos para o enquadramento da inexigibilidade licitatória por exclusividade . 330
<i>Inciso II e parágrafo 1º</i>	
3	Notória especialização..... 330
3.1	A natureza singular dos serviços..... 331
3.2	A identificação da notória especialização..... 332
3.3	A necessidade de “confiança” no profissional..... 333
3.4	A inscrição de servidores em cursos de treinamento 334
<i>Inciso III</i>	
4	Profissional de qualquer setor artístico..... 334
<i>Parágrafo 2º</i>	
5	Responsabilização solidária por dano causado à Fazenda Pública 336
Artigo 26	
1	A dupla avaliação no controle dos afastamentos licitatórios 338
2	A ratificação da autoridade superior 338
<i>Parágrafo único</i>	
3	Instrução do processo de afastamento licitatório ou de retardamento 339
3.1	A demonstração de compatibilidade do preço com o praticado no mercado 340
3.2	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante..... 341
3.3	Demonstração da emergência e da documentação de aprovação dos projetos de pesquisa 342
4	A publicação do contrato oriundo de afastamento licitatório..... 343
5	A questão da adoção da natureza do objeto ou do subelemento de despesa 343
Artigo 27	
1	A fase de habilitação..... 349
1.1	A habilitação na modalidade convite..... 349
2	Documentação exigida para a habilitação..... 350
3	A habilitação prévia (o cadastramento)..... 350
4	A questão do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF 350
5	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal) 352
Artigo 28	
1	A habilitação jurídica..... 356
1.1	A habilitação das cooperativas..... 357
1.1.1	A ideia de equalização dos preços propostos por cooperativas 358
1.1.2	O acordo celebrado entre o MPT e a AGU limitando a participação de cooperativas em licitações..... 360
Artigo 29	

1	A regularidade quanto às obrigações fiscais e trabalhistas	366
1.1	A questão da regularidade ou quitação	366
1.2	A constitucionalidade da exigência.....	367
2	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas	368
<i>Inciso I</i>		
3	A prova de inscrição no CPF ou no CGC (CNPJ).....	370
<i>Inciso II</i>		
4	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal	371
<i>Inciso III</i>		
5	Prova de regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal	371
5.1	A questão do domicílio ou sede do licitante.....	372
5.2	A certidão negativa de dívida ativa.....	373
<i>Inciso IV</i>		
6	Regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	374
<i>Inciso V</i>		
7	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	375
7.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	378
8	A questão da retenção de pagamentos dos contratados pela Administração em função de irregularidade fiscal.....	379
Artigo 30		
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica	384
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica.....	384
<i>Inciso I</i>		
3	Registro na entidade profissional	385
<i>Inciso II</i>		
4	Comprovação de aptidão.....	386
4.1	A capacitação técnico-profissional	386
5	A capacitação técnico-operacional.....	387
<i>Inciso III</i>		
6	Comprovação de recebimento dos documentos	392
7	A exigência de certificações de qualidade.....	393
<i>Parágrafo 1º e inc. I</i>		
8	Comprovação de aptidão para obras e serviços	396
8.1	A questão de o profissional fazer parte do quadro permanente do licitante.....	396
<i>Parágrafo 2º</i>		
9	Parcelas de maior relevância	398
<i>Parágrafo 3º</i>		
10	Certidões ou atestados de obras ou serviços similares.....	399
<i>Parágrafo 4º</i>		
11	Comprovação de aptidão nos fornecimentos de bens.....	399
<i>Parágrafo 5º</i>		
12	Vedações na exigência de comprovação de atividade ou de aptidão	400
<i>Parágrafo 6º</i>		
13	Exigências mínimas para instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado	400
<i>Parágrafo 8º</i>		
14	Exigência da metodologia de execução	400
<i>Parágrafo 9º</i>		
15	Alta complexidade técnica.....	403
<i>Parágrafo 10</i>		
16	A participação obrigatória dos profissionais indicados para comprovação de capacidade técnico-profissional	404
Artigo 31		
1	A qualificação econômico-financeira	406
<i>Inciso I</i>		
1.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis.....	406

<i>Inciso II</i>	
1.2	Falência, concordata e recuperação judicial 409
1.2.1	Hipóteses excepcionais..... 410
1.2.1.1 Pedido de falência postulado por terceiro 410
1.2.1.2 Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio 411
1.2.1.3 A recuperação judicial antes do ato de adjudicação 411
<i>Inciso III</i>	
1.3	Garantia para participação na licitação..... 412
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A limitação da exigência de índices contábeis..... 414
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços 414
<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante 415
<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis 415
Artigo 32	
1	Apresentação dos documentos de habilitação..... 418
1.1	As certidões via Internet 418
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Dispensa de documentação 419
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	A substituição da documentação pelo certificado de registro cadastral..... 419
<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	
4	As licitações internacionais..... 423
4.1	A documentação das empresas estrangeiras 423
4.1.1	Autenticação por consulados e tradução por servidor juramentado 425
4.1.2	A representação legal no Brasil..... 427
4.2	Exceções nas licitações 429
<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Inexigência de prévio recolhimento de taxas 431
<i>Parágrafo 7º</i>	
6	Dispensa de documentação para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento 432
Artigo 33	
1	Participação de empresas em consórcio na licitação..... 433
<i>Inciso I e parágrafo 2º</i>	
2	Comprovação do compromisso de constituição de consórcio 436
<i>Inciso II e parágrafo 1º</i>	
3	A questão da empresa responsável pelo consórcio 437
<i>Inciso III</i>	
4	A apresentação dos documentos do consórcio..... 438
<i>Inciso IV</i>	
5	Vedação de consorciada participar da licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente 438
<i>Inciso V</i>	
6	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio 440
Artigo 34	
1	Registro cadastral..... 444
1.1	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)..... 445
1.2	A exigência de cadastramento no SICAF para fins de pagamento 445
1.3	Impeditivas indiretas: uma nova funcionalidade no SICAF 446
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Ampla divulgação do registro cadastral 448
<i>Parágrafo 2º</i>	

3	Utilização de registros cadastrais de outros órgãos.....	448
Artigo 35		
1	Fornecimento dos elementos necessários para o cadastramento.....	449
Artigo 36		
1	Cadastramento por categorias	450
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Fornecimento de certificado de registro cadastral	450
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Anotações cadastrais	450
Artigo 37		
1	Modificações no cadastro.....	452
Artigo 38		
1	O início do procedimento licitatório	453
1.1	As fases (etapas) do procedimento licitatório.....	454
1.1.1	A fase (etapa) interna do procedimento licitatório	454
1.1.1.1 A requisição do interessado	454
1.1.1.2 A estimativa de valor	455
1.1.1.3 A autorização da despesa	455
1.1.1.4 A elaboração do instrumento convocatório e seus anexos	455
1.1.1.5 Divulgação (publicidade)	455
1.1.2	A fase (etapa) externa da licitação	456
1.2	Críticas ao dispositivo	456
<i>Parágrafo único</i>		
1.3	Aprovação jurídica do edital licitatório	456
1.3.1	A responsabilização solidária do aprovador jurídico.....	460
Artigo 39		
1	Audiência pública	461
<i>Parágrafo único</i>		
1.1	As licitações simultâneas e sucessivas	462
Artigo 40		
1	O edital licitatório	466
1.1	A estrutura do edital.....	467
1.1.1	O preâmbulo do edital	467
1.1.2	O texto do edital	467
1.1.3	O fecho do edital	482
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Outras regras para o edital	482
2.1	A expedição do edital	482
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Anexos do edital.....	483
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Adimplemento da obrigação contratual.....	483
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Compras para entrega imediata.....	484
Artigo 41		
1	Condição vinculativa do edital	485
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Impugnação ao edital de licitação	486
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Efeitos da impugnação tempestiva.....	488
<i>Parágrafo 4º</i>		

4	A preclusão do direito de participar das fases posteriores.....	489
Artigo 42		
1	A licitação internacional.....	490
1.1	Do conceito.....	491
1.2	O momento de adoção da licitação internacional	492
2	O ajustamento às diretrizes da política monetária e do comércio exterior	494
<i>Parágrafo 1º</i>		
2.1	A proposta em moeda estrangeira	496
<i>Parágrafo 2º</i>		
2.2	Conversão do pagamento para moeda nacional	498
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Equivalência nas garantias entre licitantes brasileiros e estrangeiros.....	499
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Acréscimo ao valor proposto pelo estrangeiro dos encargos tributários que onerariam os brasileiros	499
<i>Parágrafo 5º</i>		
5	Licitações com recursos estrangeiros	503
<i>Parágrafo 6º</i>		
6	Entrega das propostas no mesmo local de destino	504
Artigo 43		
1	A fase externa da licitação	508
1.1	Alterações no rito procedimental em face da LC nº 123/06, com as mudanças impostas pela LC nº 147/2014	508
<i>Incisos I a VI e parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Roteiro de atos da fase externa da licitação.....	509
2.1	Recebimento dos envelopes.....	509
2.2	Direito de manifestação dos participantes	510
2.3	Abertura dos envelopes de habilitação.....	511
2.4	Análise e julgamento da documentação	511
2.5	Divulgação da decisão sobre a habilitação.....	511
2.6	Interposições de recursos contra a decisão sobre a habilitação.....	512
2.7	Devolução de envelopes-propostas aos inabilitados	512
2.8	Abertura dos envelopes-propostas.....	512
2.9	Julgamento e classificação das propostas	512
2.10	Divulgação da decisão referente ao julgamento e classificação das propostas.....	513
2.11	Recursos contra a decisão referente ao julgamento e classificação das propostas	513
2.12	Limite das atribuições da comissão de licitação	513
2.13	Homologação e adjudicação do resultado	513
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	A promoção de diligências	515
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Aplicação em outras modalidades	516
<i>Parágrafo 5º</i>		
5	Desclassificação por motivo relacionado com a habilitação se ultrapassada a fase..	516
<i>Parágrafo 6º</i>		
6	Desistência da proposta após a fase de habilitação	516
Artigo 44		
1	Julgamento objetivo das propostas com critérios predefinidos	517
<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>		
2	Vedações expressas referentes às propostas	518
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Propostas que incluam mão de obra estrangeira ou importações	519
Artigo 45		
1	Julgamento objetivo das propostas	520
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Tipos de licitação (critérios).....	521
2.1	Conceituação dos tipos licitatórios.....	521
2.2	A não indicação do tipo licitatório no instrumento convocatório	523

<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Empate entre duas ou mais propostas – o sorteio..... 523
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Classificação na ordem crescente dos preços propostos 523
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Contratação de bens e serviços de informática..... 524
5.1	O exercício do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito federal..... 526
<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Rol exaustivo de tipos de licitação..... 529
<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Contratações parciais..... 529
Artigo 46 e parágrafo 3º	
1	Cabimento da adoção de licitações de técnica..... 532
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Procedimentos na licitação do tipo melhor técnica..... 532
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Procedimentos na licitação do tipo técnica e preço..... 534
3.1	A adoção de dois envelopes nas licitações do tipo técnica e preço 534
Artigo 47	
1	Regra quando da adoção da empreitada por preço global..... 537
Artigo 48	
1	Desclassificação das propostas..... 538
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Preços inexequíveis nas licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia 540
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Garantia adicional..... 543
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas..... 544
4.1	A contagem do prazo 545
Artigo 49	
1	Revogação e anulação de ato administrativo..... 547
2	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrente de fato superveniente 547
3	A anulação da licitação..... 548
<i>Parágrafo 1º</i>	
4	A não obrigação de indenizar 549
<i>Parágrafo 2º</i>	
5	Consequências em face da nulidade da licitação 549
<i>Parágrafo 3º</i>	
6	Contraditório e a ampla defesa em função do desfazimento da licitação 550
<i>Parágrafo 4º</i>	
7	Aplicação aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade..... 552
Artigo 50	
1	Proibição à preterição do vencedor da licitação 553
Artigo 51	
1	Comissões julgadoras 554
1.1	A questão da nomeação de servidor de cargo em comissão 555
1.2	A questão da nomeação de agente público celetista..... 556
1.3	Dúvidas sobre as comissões de licitações..... 556
1.3.1	Comissão de licitações e comissão de cadastramento 557
1.3.2	Atuação das comissões de licitações..... 557
1.3.3	Qualificações específicas dos membros das comissões de licitações..... 557
1.3.4	A questão da nomeação de suplentes 558
<i>Parágrafo 1º</i>	

2	Substituição da comissão de licitações por servidor.....	559
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Qualificação da comissão de cadastramento	559
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Responsabilidade solidária.....	560
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Investidura dos membros das comissões	561
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Comissão especial para licitação na modalidade concurso	561
	Artigo 52	
1	O regulamento do concurso	563
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Regras do regulamento (edital).....	563
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Autorização da execução do projeto	564
	Artigo 53	
1	Leilão – Realização por leiloeiro oficial ou servidor	565
1.1	A questão da contratação do leiloeiro oficial	566
	<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
2	Avaliação e pagamentos.....	567
3	A questão da habilitação nos leilões.....	568
	<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Divulgação do leilão	568
	Artigo 54	
1	O contrato	569
1.1	O contrato e o Estado	570
1.2	Contratos da Administração.....	570
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	571
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública	571
1.3.2	Contratos administrativos	571
1.3.2.1 Sujeitos do contrato administrativo	572
1.3.2.2 Características do contrato administrativo	573
1.3.2.3 Regra disciplinadora dos contratos	573
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	As cláusulas contratuais.....	574
2.1	Os “contratos guarda-chuva”	574
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Contratação direta.....	574
	Artigo 55	
1	Cláusulas obrigatórias e cláusulas acessórias.....	577
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Objeto do contrato.....	578
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	578
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	579
1.3.1	O reajustamento de preços	579
1.3.2	A repactuação de preços	582
1.3.3	A atualização monetária	583
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Prazos contratuais.....	584
1.5	Prazo de início de etapas de execução	584
	<i>Inciso V</i>	

1.6	Especificação dos recursos orçamentários.....	585
<i>Inciso VI</i>		
1.7	Garantias contratuais.....	585
<i>Inciso VII</i>		
1.8	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas.....	586
1.8.1	Direitos e responsabilidades.....	586
1.8.2	Penalidades e multas.....	586
<i>Inciso VIII</i>		
1.9	Hipóteses de rescisão contratual.....	586
<i>Inciso IX</i>		
1.10	Direitos da Administração na hipótese de rescisão.....	586
<i>Inciso X</i>		
1.11	Importação de bens.....	587
<i>Inciso XI</i>		
1.12	Vinculação ao edital.....	587
<i>Inciso XII</i>		
1.13	Legislação aplicável.....	587
<i>Inciso XIII</i>		
1.14	Manutenção das condições de habitação.....	587
2	Cláusulas exorbitantes.....	588
<i>Parágrafo 1º (VETADO)</i>		
3	A questão do pagamento antecipado.....	589
<i>Parágrafo 2º</i>		
4	Declaração competente o foro da sede da Administração.....	592
4.1	A questão da adoção da arbitragem nos contratos administrativos.....	594
<i>Parágrafo 3º</i>		
5	Controle tributário.....	597
Artigo 56		
1	A prestação de garantia pelo contratado.....	598
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Modalidades de garantia.....	599
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	599
2.2	O seguro-garantia.....	600
2.3	Fiança bancária.....	601
2.4	Garantia de bens ou pessoas.....	601
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Limites da garantia.....	602
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Garantia para contratações de grande vulto.....	602
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Devolução da garantia.....	602
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração.....	603
7	Garantia adicional.....	603
Artigo 57		
1	A duração do contrato.....	605
<i>Incisos I a V</i>		
2	Avaliação geral das regras de exceção referentes à duração do contrato.....	606
2.1	1ª Exceção – Projetos relacionados ao Plano Plurianual (inc. I).....	609
2.2	2ª Exceção – Serviços executados de forma contínua (inc. II).....	611
2.2.1	A questão da prorrogação do prazo de duração contratual.....	612
2.2.2	A questão de se prorrogar somente por iguais e sucessivos períodos.....	613
2.3 3ª	Exceção – Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática (inc. III).....	614
2.4 4ª	Exceção – Hipóteses de dispensas licitatórias (inc. V).....	616

<i>Parágrafo 1º</i>	
3	Prorrogação de prazos..... 617
<i>Inciso I</i>	
3.1	Alteração do projeto ou especificações pela Administração..... 618
<i>Inciso II</i>	
3.2	Superveniência de fato excepcional ou imprevisível..... 618
<i>Inciso III</i>	
3.3	Interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Administração 619
<i>Inciso IV</i>	
3.4	Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato 619
<i>Inciso V</i>	
3.5	Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro 619
<i>Inciso VI</i>	
3.6	Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração 620
<i>Parágrafo 2º</i>	
4	Justificativa obrigatória para a prorrogação..... 620
<i>Parágrafo 3º</i>	
5	Contrato com prazo de vigência indeterminado..... 621
<i>Parágrafo 4º</i>	
6	Prorrogação excepcional por mais 12 meses dos contratos continuados 621
Artigo 58	
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública 623
<i>Inciso I</i>	
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo 624
<i>Inciso II</i>	
1.2	Rescisão unilateral do contrato administrativo 624
<i>Inciso III</i>	
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo..... 625
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo 625
<i>Inciso V</i>	
1.5	Ocupação provisória de instalações 625
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias..... 626
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral..... 626
Artigo 59	
1	Declaração de nulidade do contrato administrativo 628
<i>Parágrafo único</i>	
2	O dever de indenizar 628
Artigo 60	
1	Formalização do contrato administrativo 630
<i>Parágrafo único</i>	
2	Nulidade do contrato verbal 631
Artigo 61	
1	Elementos do contrato..... 634
<i>Parágrafo único</i>	
2	Eficácia do contrato..... 634
2.1	A execução de contratos sem eficácia 637
2.2	A responsabilidade da publicação do extrato do contrato 638
2.3	Publicação de extratos de termos aditivos 638

2.4	Publicação de extratos de contratos decorrentes de afastamentos licitatórios	639
2.5	A questão da ocorrência no prazo de 20 dias.....	640
Artigo 62		
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato	641
1.1	Os documentos substitutivos do contrato.....	641
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Minuta do futuro contrato como parte integrante do ato convocatório da licitação.	642
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Inserção das cláusulas obrigatórias nos documentos substitutivos dos contratos.....	643
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Aplicação das regras do Estatuto aos contratos de direito privado nos quais a Administração esteja envolvida.....	644
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Outras possibilidades de dispensa da adoção de contrato	645
Artigo 63		
1	O acesso assegurado a terceiros ao processo licitatório e ao contrato.....	646
Artigo 64		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	647
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Prorrogação do prazo de contratação	648
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Convocação de demais licitantes	648
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Prazo de validade das propostas	649
Artigo 65		
1	Alteração do contrato administrativo	652
2	Alteração unilateral (inc. I)	652
2.1	Alteração do projeto ou especificações	653
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa.....	653
3	Alteração por acordo das partes (inc. II).....	654
3.1	Substituição da garantia de execução contratual (alínea “a”).....	654
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento (alínea “b”).....	654
3.3	Modificação da forma de pagamento (alínea “c”)	655
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (alínea “d”).....	655
<i>Parágrafo 1º</i>		
4	Limitação dos acréscimos ou supressões a 25% e 50%.....	656
4.1	A questão da reforma de “edifícios”	656
<i>Parágrafo 2º</i>		
5	Impossibilidade de os acréscimos ou supressões excederem os limites	657
5.1	A redução do objeto.....	657
5.2	A questão dos limites ao acréscimo qualitativo do objeto	658
<i>Parágrafo 3º</i>		
6	A questão dos preços unitários	659
<i>Parágrafo 4º</i>		
7	Indenização ao contratado.....	659
<i>Parágrafo 5º</i>		
8	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos.....	660
<i>Parágrafo 6º</i>		
9	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que aumente os encargos do contratado.....	660
<i>Parágrafo 8º</i>		
10	Hipóteses que permitem apostilamento.....	661
Artigo 66		
1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato	662
Artigo 66-A e parágrafo 1º		

1	Manutenção por parte das contratadas dos requisitos de acessibilidade	663
Artigo 67		
1	A fiscalização do contrato	664
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal	665
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal.....	667
Artigo 68		
1	A manutenção de preposto por parte da contratada	668
Artigo 69		
1	Defeitos na execução do objeto	670
Artigo 70		
1	Responsabilização do contratado por danos	672
Artigo 71		
1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais	673
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração	673
2.1	A responsabilidade trabalhista	673
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Responsabilidade previdenciária	679
Artigo 72		
1	Subcontratação	682
1.1	A questão da “cessão do contrato”	683
1.2	Exigências para a subcontratação.....	684
2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006).....	685
Artigo 73 e parágrafos 1º, 2º e 3º		
1	Recebimento do objeto contratual	687
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Inércia da Administração.....	688
Artigo 74 e incisos		
1	Dispensa de recebimento provisório.....	691
<i>Parágrafo único</i>		
2	A substituição por recibo	691
Artigo 75		
1	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	693
Artigo 76		
1	Rejeição da obra, serviço ou bem fornecido.....	696
Artigo 77		
1	A inexecução do contrato e suas consequências	699
Artigo 78		
1	A rescisão do contrato administrativo	701
2	As formas de rescisão	701
3	Motivos que ensejam a rescisão do contrato administrativo.....	702
3.1	Motivos para a rescisão por atos cometidos pelo contratado (incs. I a XI e XVIII) ...	702
3.1.1	Descumprimento de cláusulas contratuais (inc. I).....	703
3.1.2	Cumprimento irregular (inc. II).....	703
3.1.3	Lentidão na execução (inc. III)	703
3.1.4	Atraso para início da execução (inc. IV).....	703
3.1.5	Paralisação da execução (inc. V)	704
3.1.6	Transferência parcial ou total do objeto (inc. VI).....	704
3.1.7	Desatendimento de determinações regulares (inc. VII)	704
3.1.8	Cometimento reiterado de faltas (inc. VIII).....	705
3.1.9	Decretação de falência ou insolvência (inc. IX).....	705
3.1.10	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado (inc. X).....	707
3.1.11	Alteração social ou modificação da empresa (inc. XI).....	708

3.1.12	Não atendimento ao prescrito no inc. V do art. 27 (inc. XVIII)	709
4	Rescisão em face de atos da Administração (incs. XIII a XVI).....	709
4.1	Supressão de parte do objeto por ordem da Administração (inc. XIII).....	709
4.2	Suspensão da execução contratual (inc. XIV)	710
4.3	Atraso no pagamento (inc. XV)	710
4.4	Não liberação de área (inc. XVI)	711
5	Rescisão por causas exteriores (inc. XVII)	711
6	Razões de interesse público (inc. XII).....	711

Parágrafo único

7	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão	712
---	--	-----

Artigo 79

1	Modalidades de rescisão do contrato administrativo.....	714
---	---	-----

Inciso I

2	Rescisão unilateral	715
---	---------------------------	-----

Inciso II

3	Rescisão amigável	715
---	-------------------------	-----

Inciso III

4	Rescisão judicial	716
---	-------------------------	-----

Parágrafo 1º

5	Autorização da autoridade competente.....	716
---	---	-----

Parágrafo 2º

6	Indenização ao contratado.....	716
---	--------------------------------	-----

Parágrafo 5º

7	Impedimento, paralisação ou sustação do contrato.....	717
---	---	-----

Artigo 80

1	Consequências da rescisão.....	718
---	--------------------------------	-----

Parágrafos 1º e 3º

2	Afastamento da solução de continuidade	719
---	--	-----

Parágrafo 2º

3	Recuperação judicial e extrajudicial	719
---	--	-----

Parágrafo 4º

4	Regra sem aplicação.....	720
---	--------------------------	-----

Artigo 81

1	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	721
---	--	-----

Parágrafo único

2	Não aplicação aos demais licitantes convocados	722
---	--	-----

Artigo 82

1	Alargamento das sanções	723
---	-------------------------------	-----

Artigos 83 e 84, caput e §1º

1	Disciplina penal para os servidores públicos	724
---	--	-----

Parágrafo 2º do artigo 84

2	Aumento da pena para servidores ocupantes de funções qualificadas	725
---	---	-----

Artigo 85

1	Âmbito da matéria penal	726
---	-------------------------------	-----

Artigo 86

1	Sanções administrativas	727
---	-------------------------------	-----

1.1	Multa de mora	729
-----	---------------------	-----

Parágrafo 1º

2	Rescisão e aplicação de outras sanções.....	729
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Regular processo administrativo	729
---	---------------------------------------	-----

Parágrafo 3º

4	Valor superior ao da garantia oferecida.....	730
---	--	-----

5	A disciplina da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	730
Artigo 87		
1	Sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato	736
<i>Inciso I</i>		
1.1	Advertência.....	737
<i>Inciso II</i>		
1.2	Multa compensatória.....	737
<i>Incisos III e IV</i>		
1.3	Suspensão de participação em licitação e declaração de inidoneidade	737
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Multa superior ao valor da garantia.....	740
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Aplicação cumulativa de sanções	741
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Sanção de competência exclusiva aos Ministro de Estado e Secretários Estadual ou Municipal.....	741
Artigo 88		
1	Aplicação das sanções em face de outras condutas	742
Artigo 89		
1	Dos crimes e das penas.....	743
<i>Parágrafo único</i>		
2	Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei	744
Artigo 90		
1	Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação.....	746
Artigo 91		
1	Patrocinar interesse privado perante a Administração	747
Artigo 92 e parágrafo único		
1	Permitir qualquer modificação ou vantagem em favor do adjudicatário.....	748
Artigo 93		
1	Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório.....	749
Artigo 94		
1	Devassar o sigilo de proposta.....	750
Artigo 95 e parágrafo único		
1	Afastar ou procurar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	751
Artigo 96		
1	Fraudar licitação em prejuízo da Fazenda Pública	752
Artigo 97 e parágrafo único		
1	Admitir a licitação ou celebrar contrato com inidôneo	753
Artigo 98		
1	Impedir a inscrição nos registros cadastrais	754
Artigo 99 e parágrafos		
1	A pena de multa	755
Artigo 100		
1	Ação penal pública incondicionada	756
Artigo 101 e parágrafo único		
1	Provocação ao Ministério Público (MP).....	757
Artigo 102		
1	Remessa ao Ministério Público por magistrados ou por titulares de órgão de controle interno.....	757
Artigo 103		
1	Ação penal privada subsidiária da pública.....	758

Artigos 104, 105, 106 e 107	
1	Procedimento no processo penal nos crimes licitatórios 759
Artigo 108	
1	Aplicação subsidiária do CPP e da LEP 761
Artigo 109	
1	O direito de petição..... 763
<i>Inciso I e parágrafo 1º</i>	
1.1	Recurso administrativo 763
<i>Inciso II</i>	
1.2	Representação 765
<i>Inciso III</i>	
1.3	Reconsideração 765
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Efeito suspensivo 766
<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Comunicação aos demais licitantes 766
<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Trâmite do recurso 767
<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Início da contagem de prazo 769
<i>Parágrafo 6º</i>	
6	Recursos nas licitações da modalidade convite..... 770
Artigo 110 e parágrafo único	
1	Contagem de prazo..... 771
Artigo 111	
1	Cessão de direitos patrimoniais de obras imateriais 772
<i>Parágrafo único</i>	
2	Obra imaterial de caráter tecnológico 773
Artigo 112	
1	Interesse de mais de um ente público: a licitação compartilhada 775
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Consórcios públicos 775
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Acompanhamento da licitação..... 777
Artigo 113	
1	O controle das despesas decorrentes de contratos..... 779
1.1	O controle interno 779
1.2	O controle externo..... 781
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Representação ao Tribunal de Contas ou aos órgãos de controle interno 783
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Atuação dos Tribunais de Contas 783
Artigo 114	
1	Pré-qualificação 785
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.1	Execução da pré-qualificação 785
Artigo 115 e parágrafo único	
1	Normas operacionais sobre licitações 788
1.1	Os programas de <i>compliance</i> 788
Artigo 116	
1	Aplicação das regras do Estatuto aos convênios administrativos 791

<i>Parágrafo 1º</i>	
1.1 Plano de trabalho	792
<i>Parágrafo 2º</i>	
1.2 Ciência à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal	793
<i>Parágrafo 3º</i>	
1.3 Exceções à regra	794
<i>Parágrafo 4º</i>	
1.4 Saldos de convênio.....	794
<i>Parágrafo 5º</i>	
1.5 Receitas financeiras.....	795
<i>Parágrafo 6º</i>	
1.6 Saldos financeiros remanescentes.....	795
2 Aplicação subsidiária do Estatuto aos convênios de natureza financeira	795
2.1 Novas regras sobre acordos de transferências de recursos públicos.....	796
Artigo 117	
1 Abrangência do Estatuto.....	798
Artigo 118	
1 Adaptação das normas licitatórias dos Estados, Municípios, DF e entidades	799
Artigo 119	
1 As normas licitatórias das entidades da Administração indireta	800
Artigo 120	
1 Revisão dos valores.....	804
Artigo 121	
1 Conflito intertemporal.....	805
<i>Parágrafo único</i>	
2 Contratos de imóveis do patrimônio da União e os relativos a operações de crédito.....	806
Artigo 122	
1 Concessões de linhas aéreas	807
Artigo 123	
1 Licitações e contratações no exterior	808
Artigo 124	
1 Licitações e contratos de permissão ou concessão de serviços públicos.....	813
Artigos 125 e 126	
1 Vigência e revogações.....	814
REFERÊNCIAS.....	815